

A CULTURA POPULAR NA FISIONOMIA DA ECONOMIA SIMBÓLICA NO BRASIL

Edson Farias¹

Em seu estudo sobre a modernidade parisiense do século XIX, Walter Benjamin retém da “fisiognomia” do poeta Charles Baudelaire o tramado entretendo a lírica boemia com os lances da política francesa e com as maquinações do capitalismo. Logo, a subjetividade em suas expressões se faz oportuna para flagrar o enlace entre cultura, política e economia em uma mesma miríade histórica na qual arte e mercadoria cada vez compõem um mesmo artefato (BENJAMIN, 1994:09). A idéia de fisionomia empregada neste artigo está, justamente, em sintonia com o interesse de expor o desenho das manifestações compondo determinada natureza de estruturação das relações sociais, em que a autonomia do circuito do consumo monetarizado se destaca na coordenação do cotidiano. Interessa-nos nesse retrato as margens à elaboração do perfil das expressões nele delineadas, sobretudo no âmbito cultural com preeminência da economia simbólica no país. Fator com rebatimentos sensíveis, assim, tanto no sistema das funções quanto nos domínios das e entre as práticas, logo se evadindo aos esquemas de mobilização do conhecimento social produzido e simbolicamente armazenado e mobilizado de geração a geração nas linguagens e formatos das expressões das intenções.

Neste sentido, o cenário a exposição a seguir é o rastro da expansão dos complexos metropolitanos que, ao longo das últimas décadas, abrigou a definição da fisionomia da economia simbólica no Brasil, estando esta ajustada tanto com a rede monetário-financeira quanto com os circuitos de produção e consumo de bens culturais, na contrapartida do implemento das normas da sociedade de consumidores. Se entre os traços deste arranjo se destaca a competência em operar com signos, adquire importância crescente o processo de interpenetração das formações afetivo-identitárias com a difusão contínua de imagens (visuais, sonoras e audiovisuais, sobretudo). Entre as alternativas de estudo da economia simbólica no país, optamos aqui pelo semblante das práticas

¹ Edson Farias é professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UnB; pesquisador do grupo Cultura, Memória e Desenvolvimento. Recebido em 02/2007. Aceito em 04/2007.

lúdico-artísticas populares quando integradas no campo do entretenimento-turismo. Isto porque adquiriu, no último século, fundamental importância o plano anelando ócio, intimidade e familiaridade como o fórum de exposição e atendimento das estímulos, mas vinculado ao mercado de bens de lazer e diversão. É notável a esse respeito, a relevância dos espaços reunindo as práticas lúdicas e/ou religiosas, no rastro das transformações nos suportes de expressão dos símbolos referidos aos segmentos subalternos ao serem inseridos no cômputo dos patrimônios da mestiça cultura brasileira. Estes são elevados a objetos de culto e acesso cosmopolita, seja por meio de políticas públicas seja devido à atuação da iniciativa privada empresarial. Portanto, a recomposição de lembranças depositadas nos domínios de memórias dos sistemas das práticas lúdico-artísticas populares tem percorrido o trilho na direção da cultura de mercado, em uma correlação hesitante e mesmo conflituosa com os pressupostos contidos na interpretação da dinâmica das mesclas étnico-culturais da tradição brasileira.

Diante do panorama descrito, a proposta deste artigo é descrever aspectos do processo de re-significação de memórias e de patrimônios (materiais e intangíveis) no Brasil. O enfoque são as interdependências à maneira daquelas entre instâncias comunitárias e associativas, matrizes culturais populares e prestação de serviços de diversão, ócio e agendas de desenvolvimento, tecnologias de comunicação e performances e formatos². Deste modo, na trajetória da exposição, primeiramente situamos o tema da economia simbólica e, em seguida, do popular na questão nacional brasileira, para finalmente explorar o nexos antes mencionado em alguns exemplos extraídos das áreas de produção e consumo de expressões lúdico-artísticas populares.

INFORMAÇÃO E OS DOMÍNIOS DA LEMBRANÇA

Na mesma esteira em que consagrava a expressão “pós-moderno”, no final da década de 1970, o filósofo Jean-François Lyotard assinalava as

² Abrigados no grupo Cultura, Memória e Desenvolvimento, temos desenvolvido pesquisas sobre os gêneros da cultura popular de massa. Com isto, é priorizada a compreensão do mútuo envolvimento entre permanência e mudança social apreendendo as dinâmicas sócio-históricas caracterizadas tanto pelo imbricamento entre fatores internos à tradição da modernidade com as tradições plasmadas na formação ibero-católica-afro-ameríndia colonial brasileira quanto pela montagem de circuitos institucionais do entretenimento-turismo. Circuitos nos quais os domínios de memórias lúdico-artísticas populares são acomodados no ajuste da estrutura urbano-industrial e de serviços, considerando nesta última os seus dispositivos e rotinas de produção e distribuição de fazeres e bens, sobretudo no quadro de prerrogativas da sociedade de consumidores (FARIAS/2005; 2006).

dificuldades em manter ajustada a tríade cultura, política e Estado-nação – eixo fundamental à sistemática hegemônica nos dois últimos séculos, no planeta. De olho no quanto os aparelhos miniaturizados iam já transformando o acesso, a operação e a classificação do saber, o autor sublinhava a alteração mesma na natureza do conhecimento; segundo ele, por se tornar traduzível nas tecnologias informacionais, o saber deixava de ser “espírito” e, logo, revertia-se na principal força produtiva. Em termos geopolíticos, os feitos da tendência em curso, o leva à seguinte comparação: se antes os Estados nacionais se confrontaram para dominar territórios, doravante iriam aos enfrentamentos em favor do domínio das informações, o que abriria um novo viés para estratégias industriais, militares, comerciais e políticas. Porém, conclui algo um tanto drástico: o próprio Estado tornar-se-ia um óbice nesta espiral mercantil do conhecimento (LYOTARD, 1985:06).

O filósofo tocava assim no ponto nevrálgico da fase pós-industrial: os novos desafios postos à legitimidade e ao próprio posicionamento dos termos na conexão entre poder e saber, no instante em que sua reflexão indicava a inclinação para o enfraquecimento de algumas das funções até então centrais do Estado-nação. A seu ver, a imagem de sociedade emergente, na correlação do capitalismo com novas tecnologias de informação-comunicação, implicaria em um vínculo mais individualizado por parte das pessoas e, concomitantemente, mais complexo e móvel. Em lugar, portanto, das grandes narrativas legitimadoras (a nação, o socialismo, entre outras), ter-se-iam funções de reprodução e regulação a cargos de especialistas de todos os tipos, desde que com acesso às informações. As expensas da elite política convencional, eles seriam membros de uma classe dirigente composta de decisores, “dirigentes de empresas, altos funcionários, dirigentes de grandes órgãos profissionais, sindicais, políticos, confessionais.” (*Op. cit.*:27). Competência e performance adquiririam, no seu entendimento, o *status* de chaves à legitimação em um arranjo em que o saber se impõe como poder. As palavras do autor possibilitam concluir que a administração e distribuição dos recursos e a coordenação das relações sociais estariam cada vez mais em sintonia com a economia simbólica. E esta última corresponde à sistemática em que o dueto informação-comunicação condensa nele força produtiva, mercadoria, lógica de interação/classificação e hierarquização dos estratos sociais de tal maneira potente a ponto de afrontar o primado do Estado nacional.

Decorridas mais de duas décadas após o debate incitado pelo tema da pós-modernidade, um dos seus mais fecundos frutos é a percepção sobre o papel abrangente do conhecimento na conformação dos espaços de poder e se estende ao problema em torno da relevância mesma de áreas capacitadas

ao exercício de produção, avaliação e visibilização de bens de compreensão. Isto é, de fóruns reconhecidos e gozando de legitimidade para catalisar e compor em determinados formatos de linguagens e meios de comunicação valores e temas disseminados nos e pelos discursos públicos. A economia simbólica diz respeito, então, ao modelo de gestão, produção, distribuição e acesso/consumo dos meios de satisfação de carências por diferentes unidades sociais subordinado ao imperativo de geração, processamento e aplicabilidade da informação proveniente do conhecimento. O armazenamento e a transmissão de informações são faces das retenções pelas quais pessoas galgam o *status* de decisores e, igualmente, das disposições para determinados procedimentos de produção e divulgação de saberes. Logo, na contrapartida dos efeitos da opinião sobre o acionar dos rumos tomados pela memória coletiva, evocando para isso dispositivos cognitivos e hermenêuticos em consonância com específicas ordens classificatórias e normativas, desponta a discussão em torno dos movimentos e posicionamentos em que instâncias culturais, dotadas de agentes e agências, tomam a dianteira no assegurar de insumos informacionais. Cabe assinalar estarmos, a princípio, denominado por informação aquela seleção de possibilidades intrínsecas à dinâmica que provém as instituições designadas pela coordenação das relações sociais dos recursos de conhecimento, cuja dosagem na distribuição interfere decididamente na orientação de tão diferentes condutas.

A economia simbólica fornece, assim, os traços prevaletentes no panorama mundial, com suas novas modalidades de cooperação e conflito. Isto porque uma das suas faces é a expansão formidável das redes tecnológicas informacionais com seus aportes telemáticos, a partir das quais a lucratividade do capital tende à concentração no setor de serviços, principalmente nas áreas financeiras e da comunicação. Nesse sentido, as narrativas sobre a globalização arrolam o imperativo da desconexão entre mercado e a geopolítica circunscrita ao território do Estado nacional. O mais importante é notar, contudo, que a troca dos sinais se traduz no desenho de perspectivas de desenvolvimento cujo alicerce sublinha atores político-sociais emergentes, notadamente os conglomerados vertical-horizontais do capitalismo transnacional e as agências trilaterais – OMC, Banco Mundial, FMI. Redefinem-se os elementos no escopo de uma geopolítica em que a unificação dos mercados e o descentramento das forças sociais da globalidade têm por anverso novas fórmulas centrípetas, para as quais a constituição de blocos regionais corresponde também a tentativas de integração jurídico-econômica e sócio-cultural (ALVAREZ, 1999:131). Então, a escalada planetária dos remanejamentos no perfil da acumulação do capital está em mútuo engendramento com a intensificação de trânsitos

de pessoas, idéias, tecnologias, símbolos, etc. Além de contracenar com heterogêneos meios de sobrevivência inscritos em também diversos modos sócio-simbólicos de existência (HARVEY, 1992). Na esteira de uma acumulação do capital definida pela flexibilidade em compor com as diversidades étnico-históricas, dá-se a difusão de estratégias e táticas de inserção e diferenciação. Ao lado, também, de novos domínios de memórias, com impactos nas possibilidades de favorecer lembranças e, ao mesmo tempo, ativar esquecimentos.

Sob esse aspecto, diria que para além do “paradigma sociotécnico” informacional a noção de economia simbólica igualmente descortina o mundo contemporâneo enquanto um cenário onde o *locus* da “cultura” passa a estar inserido social e existencialmente no conjunto humano. Cabe esmiuçar o argumento. De acordo ainda com Castells, a economia de base informacional está pautada predominantemente nos insumos baratos de informação, devido ao implemento tecnológico da microeletrônica e das telecomunicações. Suas matérias-primas são, portanto, tecnologias com as quais se age sobre a informação e se faz prosperar a lógica das redes naquela característica flexível e complexa, devido ao poder de penetrabilidade desse aparato tecnológico. A dinâmica de contínua re-configuração dota a feição das redes de uma abertura a acessos múltiplos, nos quais prevalecem processos permanentes de “ações deliberadas e interações exclusivas que alteram normatizações”. É nesse sentido que o paradigma tecnológico incidiria de maneira crucial nas rotações estruturais mais abrangentes nas relações sociais. Isto porque a capacidade do sistema de redes em fisgar o conjunto das informações e torna-las partes de um mesmo sistema, operando com velocidade maior, na contrapartida de custos menores porque poupa trabalho e gera valor, terá impactos indelévels em várias dimensões da vida humana. Mas, de um modo geral, seu potencial estaria definido pela articulação inédita que permite entre a criação e manipulação de símbolos, capacitando-se a ativar a produção e distribuição de bens e serviços, constituindo-se em uma formidável força-produtiva (CASTELLS, 2001:51-77-81). Ora, se o manejo com os signos adquire tal importância, para evitar a naturalização da dimensão simbólica, é inevitável tanto intuir a redefinição da esfera cultural enquanto historicamente capacitada ao trato com os símbolos quanto perscrutar quais interfaces contribuem a essa transformação institucional e qual seus efeitos nas propriedades psíquico-efetivas dos agentes. De maneira tosca, poderíamos supor que a esfera cultural guarda do período heróico nacional o critério de uma universalidade que se funda sobre o direito à igualdade, mas, concomitantemente, potencializa da herança nacional o apelo reflexivo ao particular na invenção e re-significação de móveis étnico-históricos. No entanto, se como vimos é marca do presente a desconexão entre a esfera cultural e da política, mais precisamente do Estado-nacional, outra faceta tão importante é aliança cada vez maior da

primeira aos imperativos da economia de mercado, no mesmo compasso em que a esfera cultural tem hoje no registro do entretenimento seu aporte de maior ressonância. Nele absorvem legitimidade as agências e instituições engrenadas à economia de base informacional vinculada às tecnologias de comunicação e aos aportes financeiros e imobiliários (LASH E URRY, 1988; 1994). Concerto para o qual conflui o rebatimento mercantil tanto sobre o espaço em suas dimensões geográfica e arquitetônica quanto na re-significação do patrimônio étnico-histórico composto de expressões em que se atualizam memórias coletivas e são condicionadas as expressões individuais.

Por constituir-se na face mais visível da implantação e do expandir do meio técnico-científico (SANTOS, 1998:44-45) vinculado à conexão interurbana, o redimensionamento de toda a complexidade atingida pela divisão do trabalho e das funções posta em andamento no bojo dos processos instauradores da globalidade contribuiu à legitimidade alcançada pela regulação do mercado para lidar com a heterogeneidade social, a partir dos critérios de cálculo, eficiência e competitividade. Para os propósitos deste artigo, o mais significativo na tendência em curso é o fato de que o reforço à capacidade cibernética de comandar as partes que são sincronizadas à sistemática bancário-financeira e informacional redefine o recurso aos estoques de conhecimento e ajuda delinear alterações nas balanças de poder entre grupos sociais. Com isto, se o acesso privilegiado à memória social determina o lugar estratégico e hegemônico ocupado por instâncias que concentram o processamento de saberes em informações e podem as disponibilizar (ORTIZ, 1994:144-145), não há dúvida de que a teia comunicacional midiática, apoiada no conglomerado de transmissões por satélite, fibra ótica, rede telefônica e computadores, dispõe valores e demais componentes simbólicos a favor de novos arranjos societários, visões de mundo e grades de classificação. É igualmente cabível assinalar o quanto ambos têm fortes efeitos nos sistemas das práticas e o fazem na medida em que a dinâmica monetária do consumo, ativada nas ambiências segmentadas do mercado em que se entrelaçam ócio, negócio e lazer, estabelece outras funções à organização e formatos à expressão das elaborações culturais.

A luz dessas correlações candentes à nossa contemporaneidade, impõe-se reconhecer o deslocamento no tema sociológico das interdependências e coordenação das relações sociais e nelas, da inclusão e exclusão, da homogeneidade e da qualidade das diferenças sócio-culturais, além das questões referidas aos aportes institucionais de visibilização e legitimação das práticas. Deslocamento este indo da esfera político-estatal articulada ao âmbito produtivo-industrial, rumo cada vez mais aos domínios do consumo. Pólos em que se entrecruzam economia capitalista e o complexo informático-comunicacional em uma mesma esfera

caracterizada pela mobilização dos afetos humanos pelos critérios do gosto e pelos requisitos aos prazeres. Como sugere Carretón (1997), os modos de ação e os espaços públicos são desde aí potencializados, já que a competência de manipular e os usos dos signos estão na contrapartida não somente das especializações intrínsecas aos realinhamentos na divisão do trabalho, mas descortinam emergentes divisões, classificações e posições no espaço social e possibilidades de nomeações. Falar hoje em sociedade de consumidores é, portanto, enunciar um modelo de sociedade designado pela centralidade gozada pela saturação e desiderato das imagens sonoras, visuais e audiovisuais no bojo das coalescências e disputas acerca da configuração do conhecimento legítimo fundamental na avaliação das diversas e variadas maneiras humanas de viver. Isto, justamente no compasso da penetração aguda das lógicas e meios informacionais no seio das possibilidades de objetivação das intenções humanas, ou seja, da informacionalização das expressões. Por outros termos, a articulação entre aceleração dos trânsitos, ingerência e aplicação dos suportes técnico-comunicacionais e sua acomodação em múltiplos e discrepantes segmentos sociais têm implicações tanto morfológicas quanto sobre as experiências em virtude de os planos normativo-morais e dos diversos sistemas de práticas traduzirem o atravessamento dos universos simbólicos e das éticas pela primazia da competência em operacionalizar a informação. O que significa não apenas ajustar, mas sobretudo moldar os impulsos e os estoques de aprendizados humanos de acordo com os critérios para a veiculação de ambos em diferentes canais técnico-comunicacionais.

A CULTURA POPULAR NAS TRAMAS DA MODERNIZAÇÃO CULTURAL

Em linhas bem gerais, é possível descortinar o debate a respeito do conceito de cultura popular articulado com a problemática do nacional e na interface com a questão histórico-social e filosófica da identidade, como formulado na matriz européia da modernidade pelos pensadores românticos e dos estudos do folclore (RAMOS, 1949). Na sua base canônica, o tema gira em torno das premissas sobre a particularidade e o isolamento entre as culturas de classe, além da cosmologia que fixa a distinção entre razão e afetividade. Em termos do contexto latino-americano, o mesmo eixo discursivo-conceitual revelou-se fonte incessante de contradições, na esteira do dilema intelectual e político de como fazer os países da região ingressarem na dinâmica de rupturas da modernidade, estando enraizados na tradição (CANCLINI, 1983). Ainda são escassas as iniciativas analíticas tendo por objeto a trajetória histórica da constelação seletiva de padrões de comportamentos que redundou na tradição

nacional, tornando viável compreender o lugar desempenhado pela cultura popular³. Se àquela altura do século XIX ganhara vulto os contornos do Estado-nação, enquanto o filtro da memória social, sendo aos poucos inserido o popular com sua sistemática de práticas mestiças como parte constituinte da arquitetura nacional, no século XX serão ampliados os mesmos dispositivos ideológicos na elaboração de uma tradição brasileira, os quais redundam da ressonância de exercícios artístico-intelectuais nos círculos do ordenamento de poder estatal. A respeito, pode ser adequado um tangencial recorte na mais sofisticada entre as versões dadas à teoria da miscigenação na compreensão da formação do país, sobretudo nos anos de 1930. É bem conhecido que, ao ressaltar a postura promíscua e libidinoso do conquistador português, Gilberto Freyre primou em diferenciar a empresa colonial de Portugal na América pela atitude voltada à promoção da transigência étnico-social, a ponto viabilizar a ocupação do território pela dinâmica das mesclas civilizatórias. A seu ver, a dinâmica de miscigenação se deu em um contexto onde prevaleceram situações pontuais para o trânsito racial e regional, zonas de mediação e “amaciamento” das distâncias e hábeis em promover equilíbrios entre antagonismos, fator que se mostrou historicamente elementar para a efetivação de uma homogeneidade nacional de sentimentos. Portanto, segundo o autor, a feição híbrida resultante das aproximações lúdicas esteve aliada, crescentemente, a um ideal de uniformidade professado por parcelas majoritárias das classes dominantes e com vigorosa injunção de políticas implementadas com vista à subordinação de uma maioria aos desígnios de grupos brancos. Sem entrar no mérito sobre a valoração devotada pelo autor a esse empreendimento lusitano, o mais importante estar na sua sugestão quanto à eficácia do sistema jesuítico em pôr em comunicação artefatos simbólicos nativos, africanos e europeus com a finalidade da evangelização. Para ele, o sucesso da atitude nos séculos da colonização se deveu à iniciativa dos clérigos em lançar mão do lúdico na cristianização do caboclo, apelando à “música, pelo canto, pela liturgia, pelas procissões, festas e danças religiosas, mistérios e comédias; pela distribuição de verônicas com agnus-dei, que os caboclos penduravam no pescoço, de cordões, de fitas e rosários; pela adoração de relíquias do Santo Lenho e de cabeças das Onze Mil Virgens” (FREYRE, 1987:52).

³ Uma louvável exceção é o livro DE LILIA SCHWARCZ (2002), **As Barbas do Imperador**. Inspirado na obra do historiador Marc Bloch sobre Os Reis Taumaturgos, fundamentalmente no tocante ao tema da legitimidade dos poderes monárquicos absolutos ancorados no mecanismo simbólico-insituacional do “corpo do rei”, a antropóloga vasculha os entrecruzamentos de símbolos populares na montagem da imagem pública do Imperador D’ Pedro II.

Talvez à luz desse antecedente, a reconstrução histórica da tessitura da dinâmica da economia simbólica no Brasil aponte a uma curiosa ironia cujo meandros tornam necessários à análise uma concepção não-linear do ajuste entre as condições e posições dos agentes e instituições no processo focado. Ora, durante a metade final do século XX, as mesmas transformações que acompanharam, no país, a tônica capitalista e o engate desta com o implemento do aparato burocrático-jurídico da sociedade política e também com modernizações nas áreas simbólico-culturais perturbaram a importância canônica da cultura popular no interior da tradição nacional brasileira. A princípio, é propagado o diagnóstico a respeito dos resultados acaçapantes da atuação dos mecanismos institucionais da industrialização do simbólico sobre o popular. Porém, cada vez mais são nítidas as interseções de elementos da cultura popular tradicional com a indústria cultural e o turismo, por exemplo. Com isso, quanto maior proximidade com o debate, mais o que parece estar em xeque é o rol das classificações mediante o qual se deu a canalização dos vários patrimônios sócio-culturais populares à finalidade de ressaltar a nacionalidade brasileira enquanto faceta da soberania do Estado nacional.

Nesse sentido é emblemático o fato mais recente da emergência novos complicadores às discussões sobre a cultura popular no campo das ciências sociais em particular, afinal o discurso acadêmico é uma das fontes à montagem da legitimidade estatal. Os dilemas conceituais advêm da dificuldade em manter os efeitos da divisão entre os níveis culturais e sua relativa analogia às repartições de classe. O que ganha relevo é a ênfase na proposição sobre as heterogeneidades no seio das imensas periferias sócio-simbólicas brasileiras. Com isto, o glossário dos temas abrange os debates sobre a maneira de definir as categorias classificatórias dos patrimônios imateriais das variadas e diversas comunidades de sentimentos inseridas no Estado nacional (VELLOSO, 2004; OLIVEIRA, 2004). Mas pode se estender às mediações internas aos resgates envolvidos nas atividades de re-tradicionalização de manifestações folclóricas por grupos tanto de especialistas na produção de bens simbólicos quanto de leigos, mas situados nas camadas médias das grandes cidades, grupos vinculados ou não a organizações não-governamentais (TRAVASSOS, 2004; GARCIA, 2004). Nas últimas décadas, são ressaltados ainda os elos entre o lúdico e a violência nas culturas juvenis de inspiração nos signos do universo *pop* internacional, em que se destacam os redimensionamentos identitários pela convergência de fatores geracionais, étnico-raciais e de gênero atizando diversidades nas facções subalternas urbanas que compõe grupos de estilos de vida. Nestas, muitas das vezes, a narrativa do povo miscigenado é afrontada pelo acento em ideários que sustentam reivindicações de

afirmação da exclusividade racial, em meio às seculares discrepâncias distributivas (SOUTO, 1997; NOVAES, 1997).

Apesar dos múltiplos aspectos envolvidos nestas novas orientações temático-teóricas na elaboração da empiricidade do popular no país, torna-se visível um fio comum entre elas correspondendo às transformações sócio-culturais que modulam o nexo entre nação, modernidade e consumo. Noções de público e povo-cidadão, com suas sociabilidades e fóruns de interlocução, aprendizado e expressão, são reavaliadas em suas semânticas por valores e zoneamentos correlacionando, a partir da informação, “intimidade”, “privacidade” e “diversão”. Por conseqüência, o entrelaçamento da singularidade nacional com o cosmopolitismo de uma sociedade de consumo de massas gerou crescentemente ambigüidades à maneira das anotadas pelas interpretações acima arroladas. Justamente devido à centralidade ocupada nas teias de significados que assistem o tema da cultura brasileira, eu estou convencido de que o estudo da constelação de fatores que pressionam re-significações de memórias referidas ao sistema de práticas situadas na cultura popular, possibilita avaliar o que têm sido as modernizações nas condições posta à sociedade-nação do Brasil⁴. Trata-se de uma dimensão da qual se deixam entrever determinadas incongruências entre as interpretações sobre os processos intencionados de transformação e as vicissitudes de iguais desenvolvimentos. Isto no que toca, sobretudo, às interpelações sócio-antropológicas que substancializam as tipologias do moderno e do tradicional, na contrapartida do exercício de entendimento dos efeitos provocados pelo avanço acirrado do movimento de unificação dos mercados simbólicos e econômicos no país, durante o último século.

Não deixa de ser ilustrativo a esse respeito o interessante estudo de Gilmar Rocha focalizando Madame Satã. Personagem real cuja trajetória e lenda se confundem com o período áureo da região da Lapa como área boêmia que chegou a ser denominada “Montmartre tropical”, no centro do Rio de Janeiro das primeiras cinco décadas do século passado. Nos rastros da disjunção estabelecida entre sociedades holistas e individualistas por Louis Dumont (1985) e incorporada na leitura do Brasil por Roberto da Matta (1997), o autor catalisa dois eixos de valores na elaboração do seu cenário analítico. A saber, no “tradicional” seriam priorizadas as relações sociais, já a mônada individual teria primazia no “moderno”. Assim, Rocha se dispõe a apreender a mutualidade entre mito e história na trama de vida deste homem; trajeto existencial em que foram afrontados os valores burgueses da disciplina produtiva por ser ele um vadio e valente animado

⁴ Eu exploro a presença dúbia dos ícones do popular no interior da cultura brasileira em FARIAS (2004a).

pelo *ethos* da honra. Igualmente desafiou o código de ênfase machista da malandragem, na medida em que perseguia o respeito à sua dignidade individual na luta contra o desdém à condição homossexual. No entanto, o desenlace da dubiedade histórica e existencial de Madame Satã e, com ele, a sorte de toda comunidade moral a qual integrou, é elucidado pelo avanço geral da modernidade sobre a sociedade nacional. Conteria tal avatar a corrosão dos nichos onde se aninhariam valores tradicionais das classes populares. A moralidade encerrada nos ícones racional-instrumentais do moderno teria atingido fatalmente os impulsos vitalistas e os laços de intensa solidariedade:

Em verdade, mais do que o *american way life*, o que parece, de fato, decretar o fim da Lapa é a modernidade. São as transformações rápidas e efêmeras que caracterizam o estilo de vida moderno, burguês, racional, capitalista e individualista. Desde os anos 30, um conjunto de transformações que passa pelas modificações nos hábitos alimentares, pelas mudanças nas maneiras de vestir, de habitar, de medicar-se, às práticas relacionadas ao consumo de bens culturais estão em curso, paralelamente, aos processos de secularização, individualização e modernização da estrutura social brasileira.

A Lapa seduzia pelos cafés, cabarés, belas mulheres, enfim, pela vida noturna, boêmia e orgiástica. Pode-se caracterizar a Lapa como espaço orgiástico, ou seja, local do *estar-junto* feito de ódios e amores, marcado por uma harmonia plural, confusional, domínio social que põe em ação a *desordem das paixões*. Ao contrário do tempo prometético (progressismo), o tempo no espaço orgiástico corresponde à fruição do presente, *carpediem* (aproveitar o dia). Tempo predominantemente hispanotropical na interpretação de Gilberto Freyre (...). Mais do que o dia, era durante a noite que a Lapa existia. Sob a noite reaparece o mundo orgiástico, ou como sugere Mafesolli (...), um mundo do *estar-junto* e do *querer-viver* que resgata forças primitivas, o elo primordial do desejo sexual, restabelecendo uma integração cósmica com a vida e, ao mesmo tempo, uma integração com o *outro*. (ROCHA/2004:68-69 – em itálico no original).

À luz dos valores comungados pela comunidade dos malandros naquele microcosmo da Lapa boemia, o autor conclui sobre a pertinência dos símbolos e práticas populares junto aos critérios de uma tradição ameaçada pelo compasso lancinante da modernidade. Ao lado desta obnulação valorativa subjacente à dicotomia popular (tradicional) versus moderno, ele negligência o quanto a tenaz defesa pelo lendário personagem carioca da sua dignidade identitária possui vínculos iniludíveis com um dos ramos da modernidade, com àquele da luta pelo reconhecimento das estimas individuais e da autenticidade das

comunidades culturais⁵. Eu creio adequado dizer que Rocha atualiza no campo sócio-antropológico brasileiro as vertentes intelectuais de cunho neo-romântico (e, algumas das vezes, conservador) do pensamento social. No resgate do legado moderno afável à evocação dos enraizamentos ético-morais da conduta dos sujeitos, desde o século XIX europeu, o alongado inter-geracional dessa facção atribui aos processos de modernização, principalmente à expansão da indústria, a responsabilidade tanto pela crise moral resultante do afrouxamento dos laços de solidariedade pelo incremento ideológico do individualismo quanto a opressão da criatividade e dignidade do indivíduo, devido ao imperativo metódico-racional do profissionalismo (BENDIX, 1996:334-341).

Caso seja ponto pacífico de que as idéias estão a um só tempo sintetizando discursivo-cognitivamente arranjos sociais e sendo por esses estruturadas, mais importante para os objetivos deste artigo é dar conta de como esse entendimento de processos sócio-culturais tão centrais ao cotidiano brasileiro traduzem posições inseridas em regimes institucionais específicos e estão escudadas em veios interpretativos igualmente próprios em meio a processos societários de maior abrangência. Duas sugestões de encaminhamento analítico, então, se apresentam. Uma corresponde ao estudo de natureza sociogenética a respeito da confluência de fatores estruturais e institucionais na qual o viés cultural-comunitarista da modernidade penetrou a formação de áreas do saber em que agentes são potencializados no acionamento de horizonte interpretativo fornecedor de insumos à crítica das lógicas desenvolvimentista (industrialismo e capitalismo). Infelizmente, os limites impostos a esse trabalho nos leva a deixar por ora de lado esse empreendimento intelectual, embora o reconheça imprescindível por suspeitar que ele tornará melhor compreensível os modos como a forma cultural se efetiva como um *a priori* na capacitação de práticas afinadas com essa atitude. Por enquanto, talvez possamos situar melhor a dualidade apontada em interpretações sobre o popular como as de Rocha pela opção de conduzir a análise ao objetivo de captar a dinâmica do processo social em que, nos rastros mesmos da sedimentação da semântica do popular para delimitar e definir práticas sociais e esquemas de simbolização, manifesta-se o entrecruzamento dos últimos aos imperativos da informacionais da comunicação tecnicamente qualificada.

⁵ Observa CHARLES TAYLOR (1997:25) a respeito da modernidade se tratar de uma experiência sócio-histórica destacada não apenas pela imagem antropológica do *self* racionalmente equipado para declinar sobre o mundo com vistas a explorá-lo em favor da transformação que garante o bem-estar material. Atenta ele ao fato de que tal prerrogativa instrumental é indissociável da fronteira moral e espiritual na qual o valor alcançado pela percepção de que os seres humanos merecem respeito.

Em linhas bem gerais, a face concreta da adoção do (para falar a moda dos autores regulacionistas) fordismo periférico no Brasil, em conjunto com as elevadas taxas de crescimento vegetativo, manifestou-se na expansão do sistema urbano apoiado no formidável fluxo migratório. Entre 1950 a 1990, as áreas urbanas darão saltos vertiginosos: de 12 milhões, passaram a concentrar 130 milhões de habitantes. Em igual período, o conjunto da população do país sai dos 50 milhões para cerca de 150 milhões de pessoas. O dinamismo dos processos urbanização e industrialização embalados e os deslocamentos que provocam irão combinar seletiva, mas complementarmente inclusão e integração de pessoas e grupos à exclusão de outros imensos contingentes no bojo da sistemática instaurada. Logo, a desigualdade desponta como um mecanismo básico na distribuição dos recursos e bens provenientes da riqueza estendida (FIORI, 2001:152-153). Os efeitos sócio-históricos do tipo de opção desenvolvimentista se expõem nas grandes regiões metropolitanas que, em 1997, abrigavam 29,8% do total de indivíduos com insuficiência de rendimentos (CAMPOS, POCHMANN, AMORIM, SILVA, 2003:13). Diametralmente oposto, 50% das famílias mais ricas no país, no ano 2000, estão situadas em quatro cidades: São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Belo Horizonte (CAMPOS, POCHMANN, AMORIM, SILVA, 2003b:13). Algo assim encontra tradução espacial nas formidáveis dimensões das atuais periferias nos cenários metropolitanos do país.

No mesmo compasso, em se tratando do universo dos bens o retrato denuncia sensíveis alterações, pois os produtos industriais duráveis e não-duráveis tomam a dianteira nas práticas de consumo. Divulgada em 2002 a lista dos bens mais consumidos no país entre 1979 e 1999, tendo por base a coleta de dados a partir de 3 mil e 200 produtos, o documento registra o avanço dos bens industrializados, sejam equipamentos e insumos de produção ou exemplares para o uso direto do consumidor final. No topo do elenco estão automóveis, óleo diesel, gasolina automotiva, cervejas, adubos e produtos alimentares processados, à maneira de carnes semiprontas e congeladas. Inversamente oposto, os produtos agropecuários estiveram em proporção decrescente nas preferências dos consumidores, nos vinte anos analisados (Fonte: Pesquisa Industrial Anual de Produto do IBGE – 2002). No cenário conformado, sem considerar as discrepâncias de renda, a rede de luz elétrica que atingia 47,6% dos domicílios, em 1970, abrange 93% no ano 2000. Pelo mesmo diapasão, acentua-se a presença de objetos eletrodomésticos nos lares. Por exemplo, o número de geladeiras salta de 26% para 83,2% e o de televisores de 24,2% para 87%, enquanto o número de telefones celulares chegou a mais de 100 milhões na última década. Por sua vez, se em no início da última

década de setenta apenas 9% das casas possuíam automóveis, em 2000 o índice é de 32,7% (Fonte: Censo Demográfico do IBGE – 2002)⁶.

O quadro descrito sugere a percepção da curiosa articulação embutida na situação instaurada no curso da segunda metade do século XX, de acordo com o movimento no qual a lógica expansionista do capital se articulou para além da esfera da produção, penetrando em planos outros da existência humana, notadamente ao simbólico e com isto, encetando-se nas áreas da identidade e intimidade e no eixo prático-normativo. Porque, de um lado, não resta dúvida sobre o relativo êxito da convergência histórico-social de força e fatores a partir da qual multiplicam-se as pressões no sentido de deslocar o controle das decisões de orientação externa para o âmbito nacional. Logo, para além de mero receptáculo de injunções, o território do Estado-nação catalisa reivindicações em favor sua da soberania, definindo-se sob o *status* de espaço-poder. A prerrogativa desta soberania encontra na temática do desenvolvimento econômico o pleito e o símbolo de atratividade, mas apenas alcançará plausibilidade com a isomorfia entre nação (entendida à maneira de terra do pertencimento) e o território, na aceção do fulcro da ordem, sob guarda do Estado central. De acordo com esta modelação teórica, a nação concebida tanto à imagem de comunidade de iguais quanto do ideário da fraternidade de pertencimento, remetida a uma profundidade histórica comum está subordinada ao primado do Estado nacional como estrutura garantidora de identidades políticas abrangentes, dispondo os elementos em um plano para além do raio de alcance paroquial e familiar. Contudo, por outro lado, a ancoragem sócio-histórica da economia em redes cada vez mais comprometidas com os imperativos internacionais e mundiais do capital desferiu projeteis não só contra a capacidade de gerenciamento, principalmente, de manutenção do monopólio estatal do sentido.

Como advoga Renato Ortiz, neste momento são estabelecidas outras funções à organização e expressão das elaborações culturais e das referências às identidades coletivas, sejam elas a nacional ou as populares, porque o Estado sofre a concorrência acirrada de outras forças sociais, no tocante à competência em conferir sentido legítimo às ações coletivas (ORTIZ, 2001). Do ponto de vista sociológico, poderíamos sugerir que o momento favorece a adoção da modernidade como a compreensão social

⁶ Um índice importante quanto a expansão inter-classes da estrutura urbano-industrial e de serviços no país corresponde o incremento do financiamento ao consumo por parte de grandes bancos nos últimos anos. Direcionados às carteiras de crédito e aos empréstimos massificados acompanhando a proliferação de financeiras por diversas praças comerciais brasileiras, os recursos são canalizados principalmente para a aquisição de bens duráveis – eletro-eletrônicos, eletrodomésticos, vestuários/confecções e outros (Gazeta Mercantil/24-11-2003).

hegemônica, um modo prioritário de entendimento, além ainda de se dispor como processo civilizador e, inevitavelmente, dispositivo de coordenação das relações sociais, subsidiando a estruturação das ações e dos complexos funcionais. Logo chama atenção o fato de constituir um traço notável do período o acionamento de dispositivos técnico-científicos e mecanismos institucionais de desencaixe e re-encaixe dos símbolos e práticas no território da sociedade de consumidores. Com eles, descortinam-se as homologias das grades classificatórias com encadeamentos de pressões geradoras de novas propriedades estruturais. Desafiam-se ordens consagradas e são pressionadas fórmulas estabilizadas de modulação das estímulos e desde aí, perpetrando as condições para novas identidades emergentes ou o fenecimento de outras. A atitude da modernidade penetra e se pereniza na disposição comum das coisas e das pessoas, nos percursos cognitivos e principalmente no envolvimento afetivo dos sentimentos com o mundo. Envio mediado, justamente, pelas trocas simbólicas reguladas pela memória coletiva no contexto dos dispositivos de coordenação norteadores dos sentidos das condutas arrumadas nessa estrutura social.

Arranjo social este dotado de seus mecanismos técnico-científicos e instituições de deslocamento e acomodação dos símbolos e práticas em um território de novas fronteiras. Para tanto é, sem dúvida, crucial reconhecer o vertiginoso crescimento do aparato e da importância (legitimidade) das redes midiáticas e de transportes, ancoradas na expansão planetária das tecnologias de informação-comunicação. Redes que articulam em “tempo real” (*on line*) as partes do mundo, “compreendendo-as” no espaço e temporalmente, além de facultar a operacionalização e codificação dos espaços em imagens acessíveis no mercado da informação e do entretenimento cultural (SASSEN, 1991). Tal infra-estrutura, no rastro da sua consolidação, atua decisivamente sobre os níveis de produtividade e rentabilidade do capital, mas igualmente sobre os esquemas de alocação e distribuição dos diversos recursos, inclusive os recursos humanos e culturais (CASTELLS/2001:232-233). Mais importante. A expansão das redes planetárias de comunicação-informação, em conjunto com a supremacia alcançada pelos segmentos dos serviços, conduzem as atividades de consumo a um papel vital seja para a acumulação capitalista, seja no regime de formação de solidariedades e confrontos, como também nas modalidades de lealdade e conflito entre os grupos sociais. Como observa Canclini, esta tessitura de emaranhados de relacionamentos sociais, em escala mundial, introduz novas formas de pertencimento que vazam os espaços do Estado-Nação. Dentro de tal cenário, muitas das vezes a cultura transforma-se em “um processo de montagem multinacional, uma articulação flexível de partes, uma colagem de traços que qualquer cidadão

de qualquer país, religião e ideologia pode utilizar” (CANCLINI, 1995:17). Por outro lado, estão os contextos das objetivações de identidades manifestas em seus teores marcados pelas negociações hermenêuticas diversas e das quais sobressaem os ajustes das tradições e reivindicações de grupos e aos interesses mercantis ou incursões ideológicas de segmentos hegemônicos. Assim, salta aos olhos como as mesmas identificações passam, obrigatoriamente, pelo crivo do bem-estar do corpo e do intercâmbio dos consumidores com os seus círculos de sociabilidade, onde as ritualizações canalizam os atos, inscrevendo-os em uma comunidade de sentido. Esta, no entanto, pode ou não se referir a um território geopolítico ou restringir-se a fronteiras étnicas e linguísticas. Algo assim, se molda os afetos, igualmente é o imperativo para as instâncias regionais e transnacionais adquirirem efetividade.

Ao passo dessa correlação, a re-significação de memórias e dos sistemas de práticas da cultura popular conduz à dinâmica de modernização cultural definidora dessa mudança sócio-histórica no Brasil. Modernização cultural no sentido de decantar conceitualmente a reorganização dos modos e estilos de vida, em consonância às racionalizações de imagens de mundo e a ascensão de outras moralidades, conjuntamente com a instauração de determinado conglomerado institucional no que se refere à mundanização dos gostos e diversões, às indústrias culturais, ao comércio de lazer, ao turismo e ao mercado ampliado de bens simbólicos. Ao lado, igualmente, das metamorfoses cognitivas e nas sensibilidades aí ocorridas, conformando horizontes outros de comunicação e expressão intersubjetivamente desenhados. Mas cabe antes de avançar na observação de algumas entre as vicissitudes desse processo – objeto do item a seguir –, explicitar o que denominamos por modernização. O conceito aqui compreende a atitude reflexiva perante o costume, em um procedimento pelo qual a autoridade do passado, inscrita nas categorias do entendimento mobilizadas na avaliação da seqüência dos eventos e dos limites da experiência, é levada ao lugar do pensado e das interlocuções. Isto, no instante mesmo das tomadas de decisões a serem executadas no desenrolar incessante dos acontecimentos, ou seja, no instante em que são mobilizados os universos de significados a partir dos domínios institucionais da memória reguladores dos fluxos das lembranças e dos esquecimentos. As situações de crise informadas pela memória se tornam fatores não apenas de prosseguimento, mas o aprendizado implica também na autocorreção ou alteração drástica no curso das condutas⁷.

⁷ Porque não acentuo as dimensões éticas e políticas, faço uma peculiar apropriação da proposição de Habermas em que advoga a modernidade como um procedimento no qual há a possibilidade de apropriação crítica da tradição (HABERMAS, 2000:11).

CIRCUITOS E ESCALAS NO COMÉRCIO DE BENS CULTURAIS

É justamente no interior desse movimento de aproximação que, curiosamente, passam a estar em foco distinções que se baseiam, no limite, na primazia da oposição “tradição versus modernidade”, posta em destaque seja no plano dos debates acadêmicos ou nos embates cotidianos daqueles que vivem da (e na) cultura popular. Deste modo, ao longo das últimas décadas a oposição aflora internamente, isto é, “moderno” e “tradicional” passam a consistir em um dilema manifesto no interior mesmo dos quadros sociais autorizados a lidar com as memórias das matrizes simbólicas populares. Porque não se trata, como antes, de separar o popular do moderno, ao identificá-lo com o arcaico; nos enfrentamentos entre “ortodoxos” e “heterodoxos”, a luta entre tais valores mobiliza aqueles que disputam relevância no campo ampliado da cultura, mas inscritos no espaço sócio-simbólico popular. Para buscar recursos analíticos nos estudos da religião⁸, diria que, à maneira de espécies incompatíveis (“sujas”) ao universo da cultura popular, os imperativos “modernos” são a princípio definidos como profanadores de uma pureza originária, espécie de mácula da essencialidade “autêntica”, a própria invariabilidade da forma enquanto moldura dos atos corporais. É como se uma e outra nomeação pertencessem a tempos históricos e existenciais distintos, o que justificaria o enfrentamento. Segundo esse esquema, aquilo definido como novidade (“moderno”) está em descompasso com a estabilidade do que existe para além dos atentados do tempo acelerado. Isto, se considerado o seguinte aspecto. Re-significados, alguns desses termos são apropriados à medida que ocorre uma outra qualificação dos posicionamentos na cadeia de novos produtores, mediadores e administradores, consumidores e bens simbólicos nas instâncias institucionais do campo entretenimento, exatamente sob a aura da “cultura popular”.

Vale ilustrar o problema. Por ocasião da comemoração dos 100 anos do gênero musical samba, em 1997, debates foram travados na imprensa, em torno do que mereceria ou não pertencer ao seio daquela tradição. Algumas pessoas, identificadas como guardiãs da ortodoxia do gênero, fizeram declarações distinguindo as “heresias” das “autênticas” manifestações da “música (arte) de raiz brasileira”. Naquele instante, a seleção girou em torno da presença do que passou a ser considerado parte

⁸ Assinala Max Weber a tendência ao estereótipo como traço característico das idéias religiosas, isto é, a tendência a apreender as modificações como fatores de desestabilização ao proporcionar fontes de insegurança, o que tem por antípoda às inibições às inovações (WEBER, 1992:283).

dos “modismos” de grande repercussão na mídia e protagonistas de fatias do mercado fonográfico, sobretudo as canções e performances da banda musical baiana É o Tchan e dos cantores e grupos incluídos no chamado “pagode paulista” (ou “pagode mauricinho”). Detenho-me no último aspecto. A evocação da defesa das “raízes autênticas” nacionais do samba revela a correia de transmissão ideológica que recolhe e distribui insumos à teoria sobre o caráter nacional brasileiro tradicional. Simultaneamente, chama atenção o teor mesmo da promiscuidade denunciada, a saber, a mistura dos valores e práticas significantes culturais populares, de forte apelo nacional, com os esquemas empresariais da indústria da cultura. A categoria de “pagode paulista” ganha vigência entre sambistas cariocas justamente para diferenciarem-se (eles) do congênere paulistano, reivindicando o *status* de guardiões desse ritmo musical reconhecido como autenticamente nacional. Contudo o estudo de Carlos Alberto Messeder Pereira junto à determinada facção do grupo de sambistas cariocas, a qual, em meados da última década de oitenta, protagonizou o chamado “movimento do pagode”, coloca em dúvida o teor de pureza defendido enquanto revelador de um traço diacrítico do samba confeccionado no Rio de Janeiro. A pesquisa demonstra como as iniciativas do grupo *Fundo de Quintal*, ligado ao bloco carnavalesco Cacique de Ramos, estão na base de tal atitude “empresarial” e profissional. Curiosamente, o mesmo padrão de comportamento será posteriormente o alvo da discriminação dos “pagodeiros”, quer dizer, dos artistas não identificados ao “samba de raiz”. Cabe observar melhor a situação. Os resultados das escolhas do grupo *Fundo de Quintal* giraram em torno da proposta de levar a atmosfera de intimidade festiva gerada nos pagodes de fundo de quintal suburbanos às programações das emissoras de rádio, à televisão, às casas de espetáculos e ao campo de ação da indústria fonográfica. Algo que galgou relativo êxito, principalmente no ano de 1987, quando o “pagode” foi um campeão de execução no sistema radiofônico FM: o cantor Zeca Pagodinho chegou à cifra de 500 mil discos vendidos e mesmo um (embora logo malgrado) programa de TV foi levado ao ar na Rede Globo (PEREIRA, 2003:143-166)⁹.

As opções do grupo de sambistas a favor de inserir suas produções lúdico-musicais nos trânsitos mais cosmopolitas da diversão e do lazer se dão no enraizamento das instituições da economia simbólica. Cumpre papel de relevo a respeito, o modo como nos domínios da

⁹ Ainda sobre o ingresso desse tipo de samba na televisão, por ironia, a onda do pagode voltou a ganhar um programa semanal na mesma rede de televisão e igualmente se revelou um fiasco, do ponto de vista da audiência. Na mesma ocasião, aproveitando o sucesso das duplas sertanejas, a Globo introduziu o programa *Amigos* à grade semanal da sua programação, levando em conta a boa aceitação da versão de final de ano do mesmo programa. E, também, o fraco resultado de audiência decretou o fim do projeto.

reprodução da audioalidade os conglomerados empresariais do setor fonográfico canalizam inovações tecnológicas, desde a década de 1920, tornando possível fixar em canções de até três minutos em discos – de vinil e, depois, em disco *laser*. E, ao mesmo tempo, implantar uma infraestrutura de fabrico e distribuição de bens que alimentam a rede planetária de entretenimento, sobretudo enlaçando emissoras de rádio e TV, produtoras de vídeo e cinema. Os rastros da expansão desses conglomerados capitalistas originados na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, estabelecendo filiais em diversos países, consistem também no modo como tais soluções de produção técnica se tornam, além de normas, propriedades internas das expressões humanas em diversos contextos sócio-simbólicos, como é o caso das áreas periféricas do Rio de Janeiro e de outras regiões brasileiras. A interpenetração desses mecanismos técnico-produtivos nos repertórios e desempenhos lúdico-artísticos musicais é a outra face dos números da indústria fonográfica no país: em exemplares totais vendidos, os bens fonográficos saltam de 15 milhões de unidades, em 1968, para 57 milhões, em 1980, até atingir a fantástica cifra de 71 milhões em 1995 (DIAS, 2000:105-106). O mercado brasileiro se consolida como o sexto do mundo e o primeiro da América Latina, ostentando um percentual de maior consumo de gêneros domésticos agregando gêneros como canções românticas, sertanejas, rock nacional, forró, axé music e aquelas incluídas no ramo da MPB, em relação aos provenientes de outras nações, principalmente os anglo-americanos – respectivamente, 65% contra 35% (YUDICE, 1999:197).

Isto nos deixa diante de algumas precisões metodológicas a serem observadas em estudos de temas afins¹⁰. Pois, a idéia de circuito dos bens lúdico-artísticos se refere ao perímetro que delimita um campo de práticas, tornando-as significantes, isto ao comporem o encadeamento que abriga práticas semantizadas na conexão com outras afins pelo relevo dado a linhas de condutas cujo acento recai na grade abarcando valores à maneira de prazer, diversão, aventura, felicidade. Arquitetura valorativa esta disposta internacionalmente, em um vetor monetário inter-classes, atravessando ainda eixos etário-geracionais, étnicos e de gêneros. Mas considerando que, igualmente, tal cosmopolitismo apenas se efetiva nas determinações étnico-históricas geograficamente embasadas. Nesse plano a categoria de escala cumpre papel decisivo, afinal mediante ela torna-se possível dar conta tanto da graduação e do nuançado de tal ecumenismo

¹⁰ Em outra oportunidade exploro como formas organizacionais e dinâmicas semelhantes comparecem na fase atual do circuito junino nordestino, o que deixa entrever tais aspectos como traços estruturais dos ambientes e das práticas lúdico-artísticas populares no país (FARIAS, 2005a:04-28).

quanto avaliar as distâncias e proximidades entre as dimensões que a compõem, considerando exatamente aquelas determinações. Parece adequado supor estar no plano das escalas a possibilidade de verificar como os agentes interados, contingenciados e potencializados nessas mesmas teias de dependências mútuas interpessoais submetem os cânones protocolares do circuito a remanejamentos.

A respeito, um campo aberto a novas pesquisas corresponde ao destaque ora experimentado pelas chamadas “culturas de periferia”¹¹, cujo traço distintivo são as soluções particulares ao entrecruzamento em escalas e circuitos diversos de matrizes culturais locais e regionais com os fluxos ideativos, organizacionais e tecnológicos da globalidade. Capitaneados principalmente pelo *funk* carioca e o brega paraense, tais gêneros culturais de diversão popular têm nas largas e densas zonas de pobreza das grandes cidades brasileiras seus nichos deflagradores. Priorizamos o brega. Foram nos “bailões” realizadas nas periferias de Belém do Pará onde se processaram as aproximações e misturas. Ali, imensas colunas de caixas de som conectadas a sintetizadores e a aparelhos de toca-discos propagaram a combinação da onda *pop* da jovem-guarda da década de 1960 e da *dance music* dos anos de 1970 com o merengue caribenho, o carimbó marajoara e às coreografias que estilizam danças indígenas apropriadas pelos brincantes dos boi-bumbás amazônicos. Recentemente rebatizado como “bailes de aparelhagem”, esses ambientes festivo-musicais congregam em seus cenários futuristas equipamentos vídeos-sonoros de última geração. Nestes, as cenas coreográficas e indumentárias aliam erotismo e sensualidade requisitadas do repertório da onda *discotheque* dos anos setenta e os aparatos cênicos de estrelas do show bis como Michael Jackson e Madona às estruturas melódicas. Mas as letras são ancoradas na tradição do melodrama e nas re-elaborações destas por movimentos como o Jovem Guarda. Ao se espalhar pelas sociabilidades ribeirinhas amazônicas e penetrar outras regiões do país, o som dançante paraense fomentou o estrelato de artistas e bandas musicais à maneira de *Calipso*. No mesmo diapasão fez emergir a face de uma divisão de funções local, reunindo

¹¹ A denominação surgiu de modo difuso entre agentes dos movimentos populares, representantes de organizações não governamentais e de entidades religiosas, intelectuais e, também, diferentes áreas da produção, divulgação e mesmo da crítica cultural. Cabe fazer o registro, no entanto, das repercussões nacionais desta ampla e heterogênea produção cultural, considerando para isto – uma vez mais – a decisão da direção da Rede Globo de integrar à programação da emissora de TV o programa *Central da Periferia*. Apresentado pela atriz Regina Case, o programa percorre áreas pobres das maiores capitais brasileiras e nelas são montados palcos onde se exibem os novos artistas populares metropolitanos. O tom de documentário que domina parte da produção é voltado ao cotidiano e aos bastidores, com seus personagens, do mundo do espetáculo periférico.

figurinistas, coreógrafos, cenógrafos, técnicos de áudio e luz, toda uma gama de outros prestadores de serviços e estúdios fonográficos onde são produzidos discos musicais e clipes de divulgação em DVDs. Participam ainda empresas realizadoras de eventos, as quais comercializam imagens públicas mediante camisetas, *botons*, bonés e outros artifícios afins durante shows agendados em turnês nacionais. O conjunto está vinculado às teias nacionais de reprodução mediante suportes informáticos, divulgação e comercialização audiovisual, principalmente à dinâmica das juridicamente informais redes de trabalho dos camelôs responsáveis pela venda de 53% dos CDs e em menor escala de DVDs (Fonte: Gazeta Mercantil, 27-04-2005), mas sem perder de vista a veiculação no sistema comercial radiofônico e televisual. Tal aparato técnico-organizacional se articula no compasso da remuneração do capital movido pelos ajustes com as diversidades étnico-históricas, no instante em que estas se redimensionam como imagens audiovisuais aptas a trânsitos mercantis cosmopolitas (JAMESON, 2001.:87-88).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com alguns autores, em razão da própria natureza plástica a espécie humana tem galgado estágios mais complexos, na medida em que estabelece correlação entre a produção de saber e a capacidade de armazenar e veicular esses conteúdos por intermédio das categorias de apreensão e constituição da experiência. Ou seja, para a humanidade as baixas pautas de determinação natural impelem à constituição de formas culturais propícias tanto a selecionar quanto a ordenar elementos por esquemas de percepção, os quais são a um só tempo condição e produto do aprendizado possível com a participação dos indivíduos em cadeias intersubjetivas no uso de linguagens (ELIAS, 2002:07). De acordo com essa dinâmica, a humanidade resgata simbolicamente as vivências dispostas na fluidez incessante do devir e pode proceder, assim, a síntese de soluções adotadas diante dos fenômenos. Acumuladas como patrimônios de imagens mentais, as mesmas sínteses mostrar-se-ão capazes de desvelar regularidades e ordenar as condutas e seus específicos horizontes existenciais, modelando os impulsos corporais em meio à tensão entre constâncias e circunstâncias, por meio desses fundos coletivos de conhecimento.

Somos levados a concluir que a memória condiz com exercícios de integração simbólica, exercícios nos quais estão inscritas fórmulas de coordenação e hierarquização dos atos, mas sabendo estarem tais estruturas historicamente condizentes seja com os equilíbrios de poder seja com os estatutos normativos no interior dos grupos, considerando as

interdependências destes com seus congêneres. As re-significações na memória são a contrapartida dos deslocamentos nesses arranjos de retenção, os quais constroem não apenas a transmissão, pois igualmente delimitam a natureza dos teores mnemônicos e do tipo de mobilização que os põem em conexão. Como alerta Maurice Halbwachs (1990:25-52), a atitude pessoal de lembrar secreta aqueles dispositivos sincronizados com o acesso aos estoques de conhecimentos propiciados pelos encadeamentos geracionais constitutivos dos grupos. São primordiais a respeito, os fatores que constroem a lembrança ou porque condicionam o leque dos conteúdos selecionados ou no momento em que fornecem as categorias que informam a memória como uma atividade de construção e reconstrução do passado. Além, ainda, de consistir no fator elementar ao empenho de conferir inteligibilidade aos gestos e seus entornos ou aderir ao reconhecimento de situações, seus personagens e cenários.

Portanto, ao contrário do que sugere Lyotard, tal como apresentado no início deste artigo, o conhecimento é de longa data um bem valioso para os ordenamentos de poder e se constitui em objeto de disputas encarniçadas. Mas, talvez, na proposta mesma do filósofo possamos identificar o que distingue a fase heróica do Estado centralizado da nossa atualidade. Ora, somos de alguma maneira contemporâneos de um estágio em que os circuitos informático-comunicacionais reivindicam e se querem sempre mais autônomos frente aos imperativos da soberania estatal. As tensões e conflitos chamam atenção como nessa correlação de forças é remanejado, em termos de valoração, o revestimento crucial assumido pela territorialização das relações sociais, por intermédio da qual se deu a subordinação do conhecimento aos ditames geopolíticos de um específico poder centralizado constituído nas bases territoriais da sociedade-Estado-nação. A alternativa analítica aqui adotada considerou a coalizão e implicações mútuas entre o tipo de coordenação territorial das relações sociais ancoradas no Estado-nação e o desenho de uma esfera cultural secular, instância laica habilitada a abrigar artífices comprometidos com a promoção de saberes. Salientamos alguns dos efeitos das elaborações na esfera cultural na fixação de um sentido estatal de vida ajustando as monitorações reflexivas de indivíduos e grupos na montagem de suas respectivas autoconsciência e auto-imagens ao primado da narrativa fundada sobre a tradição nacional.

No andamento da análise, porém, observamos os crescentes desafios à competência do Estado nacional, no compasso mesmo das conseqüências não programadas de mediações sócio-simbólicas pressionadas por outros vetores de regulação das atitudes que não o estatal. Para evidenciar a maneira como são normalizados e canalizados os impulsos humanos na montagem de condutas lúdico-artísticas capacitadas

ao trânsito nos circuitos dos bens de diversão, lançamos mão da idéia de mediação formulada por Adorno (1986). O objetivo foi sintetizar o modo como se define determinada padronização das expressões sonoras enquanto música capaz de ser veiculada nos circuitos comerciais de exposição e fruição de bens simbólicos, pela interferência do anel composto por grandes conglomerados empresariais e tecnologias de informação-comunicação que se impuseram aos domínios do ócio e do entretenimento. No entanto, aqui não se compartilha da conclusão do autor a respeito da supressão da individualidade dos agentes pela subsunção das suas intenções ao valor de troca da lógica de ampliação do capital. De modo algum deixamos de reconhecer na economia simbólica aquela face mais dinâmica do capitalismo na atualidade. O desacordo advém, justamente, da orientação teórica de que as possibilidades de objetivação das subjetividades são indissociáveis das redes de interdependências sócio-funcionais, com seus equilíbrios de poder e dispositivos de coordenação dos atos, no interior das quais historicamente as pessoas são reconhecidas e se capacitam a reconhecer alteridades.

É cabível concluir que à fisionomia da economia simbólica concorrem liames nos quais se ancoram sentidos de pertença, ao motivarem alianças com repercussões na consolidação de novos quadros de valores e à soldagem de eixos políticos ordenadores de energias humanas em torno das demandas de felicidade. Aí razão e lúdico, civilidade e espontaneidade, sentimentos e visibilidade pública intercambiam significados e materialidades. Por outro lado, as culturas são moduladas na medida em que prescrevam os limites para o pertencimento a partir da capacidade dos seus elementos fazerem-nas significativas diante da pressão pelo reconhecimento cosmopolita à sua diferencialidade. Já as individualizações possíveis apontam na direção em que a exposição de si ou a fruição da aparência do outro designa a proporção do controle das atitudes e estabelecem os contornos interativos de gestos e linguagens, enfim, de expressões. Se o objetivo perseguido é sintetizar sociologicamente o modo como se define determinada padronização das expressões que as torna acessíveis aos circuitos de exposição e fruição de bens simbólicos, no espaço possível composto na interferência do anel integrado por grandes conglomerados empresariais, tecnologias de informação-comunicação que se impuseram aos domínios do ócio e do entretenimento, mas também de agências públicas e não-governamentais da cultura, o ponto focal estar em compreender seja a natureza seja o processo de elaboração deste universo de possibilidades de objetivação das subjetividades, ou seja, as redes de dependências mútuas com seus dispositivos de pressão e autopressão, com seus equilíbrios de poder e dispositivos de coordenação dos atos, no interior das quais as pessoas

historicamente são reconhecidas e se capacitam a reconhecer pares e alteridades na compulsão ao valorizar a aparência e exibição para público-audiências multilocalizadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, T.W. “Sobre a música popular” In: COHN, G.(org.): **Adorno**. SP: Ática (Grandes Cientistas Sociais), 1986.
- ÁLVAREZ, G.O. “Integración regional e industrias culturales en el Mercosur: situación actual y perspectivas” In: CANCLINI, N. & MONETA, C.J. (orgs.): **Las Industrias Culturales en la Integración Latinoamericana**. México (DF) e Caracas: Grijalbo e SELA, 1999.
- BENJAMIN, W. “Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo” In: **Walter Benjamin; Obras Escolhidas**. SP: Brasiliense, 1994.
- BENDIX, R. (1996). **Construção Nacional e Cidadania**. SP: Edusp, 1996.
- CANCLINI, N. G. **As Culturas Populares no Capitalismo**. SP: Brasiliense, 1983.
- _____. **Cidadãos e Consumidores. Conflitos Multiculturais da Globalização**. RJ: Editora da UFRJ, 1995.
- CAMPOS, A.; POCHMANN, M.; AMORIM, R. & SILVA, R. **Atlas da Exclusão Social**. Vol. 2 (Os Ricos no Brasil). SP: Cortez, III vol. 2003
- _____. **Atlas da Exclusão Social**. Vol. 3 (Os Ricos no Brasil). SP: Cortez, III vol, 2003a.
- CASTELLS, M. **A Era da Informação**. Vol. I. SP: Paz e Terra, III volumes, 2001.
- DA MATTA, R. **Carnavais, Malandros e Heróis: Para uma Sociologia do Dilema Brasileiro**. RJ: Rocco, 1997.
- DIAS, M.T. **Os Donos da Voz: Indústria Fonográfica Brasileira e Mundialização da Cultura**. SP: Editorial Boitempo, 2000.
- DUMONT, L. **O Individualismo: uma Perspectiva Antropológica da Ideologia Moderna**. RJ: Rocco, 1997.
- ELIAS, N. **Teoria Simbólica**. Oeiras: Ceuta, 2002.
- FARIAS, E. “Uma reflexão sobre a autofagia do conceito: tradição brasileira e sociedade-nação”. Revista Tomo, ano VII n. 07, 2004.
- _____. “Economia e cultura no circuito das festas populares”. Sociedade e Estado, vol. 20 n. 03, set.-dez, 2005.
- _____. “Fases de uma festa-espetáculo: redes e diversidades na montagem do ciclo junino em Caruaru”. *Sociedade e Cultura*, vol. 08 n. 01 jan.-jun, 2005a.
- _____. **O Desfile e a cidade: o carnaval-espetáculo carioca**. RJ: E-Papers, 2006.
- FIORI, J.L. (2001). **Brasil no Espaço**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2001.
- FREYRE, G. **Casa Grande e Senzala: a formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. RJ: José Olympio, 25 edição, 1987.
- GARRETÓN, M. A. ¿“En qué sociedad vivir (emos)? Tipos societales e desarrollo en cambio de Siglo” In: GONZÁLEZ, H. y SCHMIDT, H. (orgs.): **Democracia para una Nueva Sociedad (Modelo para Amar)**. Caracas: Nueva Sociedad, 1997.
- GARCIA, M. V. C. “Um espaço para respiração. A cultura popular e os modernos cidadãos” In: TEIXEIRA, J.G.; GARCIA, M.V.C. & GUSMÃO, R. (orgs.): **Patrimônio Imaterial, Performance Cultural e (Re)Tradicionalização**. Brasília: ICS-UNB, 2004.
- HALBWACHS, M. **A memória Coletiva**. SP: Vértice, 1990.
- HARVEY, D. **A Condição Pós-moderna**. SP: Loyola, 1992.

- JAMESON, F. **A Cultura do Dinheiro: ensaios sobre a globalização**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2001.
- LASH, S. & URRY, J. **The End of the Organized Capitalism**. Cambridge: Polity Press, 2001.
- LYOTARD, J.-F. **A Condição Pós-moderna**. RJ: José Olympio, 1985.
- NOVAES, Regina Reyes (1997). “Juventudes cariocas: mediações, conflitos e encontros culturais” In: Hermano Vianna (org.): Galeras Cariocas: Territórios de Conflitos e Encontros Culturais. RJ: UFRJ.
- OLIVEIRA, A. G. “Diversidade cultural como categoria organizadora de políticas públicas” In: TEIXEIRA, J.G.; GARCIA, M.V.C. & GUSMÃO, R. (orgs.): **Patrimônio Imaterial, Performance Cultural e (Re)Tradicionalização**. Brasília: ICS-UNB, 2004.
- OLIVEN, R.G. “Cultura brasileira e identidade nacional (o eterno retorno)” in MICELI, S. (org.): **O que Ler na Ciência Social Brasileira: 1970-2002, Vol. IV**. SP: Anpocs/Sumaré, 2002.
- ORTIZ, R. **Cultura e Mundialização**. SP: Brasiliense, 1994.
- _____ “Sociedade e cultura” In: **Brasil: Um Século de Transformações** (orgs.): SACHS, I.; WILHEIM, J. & PINHEIRO, P.S. SP: Cia das Letras, 2001.
- PEREIRA, C.A.M. **Cacique de Ramos: uma história que deu samba**. RJ: E-Papers, 2003.
- ROCHA, G. **O Rei da Lapa. Madame Satã e a Malandragem Carioca**. RJ: 7Letras, 2004.
- SANTOS, M. **Técnica, Espaço e Tempo: Globalização e Meio Técnico-Científico Informacional**. SP: Hucitec, 1998.
- SASSEN, S. **The Global City: New York, London, Tokyo**. New Jersey: Princeton University Press, 1991.
- SCHWARCZ, L. **As Barbas do Imperador**. SP: Cia das Letras, 2002.
- SOUTO, J. “Os outros lados do funk carioca” In: VIANNA, H. (org.): **Galeras Cariocas: Territórios de Conflitos e Encontros Culturais**. RJ: UFRJ, 1997.
- TRAVASSOS, E. “Recriações contemporâneas dos folguedos tradicionais: a performance como modo de conhecimento da cultura popular” In: TEIXEIRA, J.G.; GARCIA, M.V.C. & GUSMÃO, R. (orgs.): **Patrimônio Imaterial, Performance Cultural e (Re)Tradicionalização**. Brasília: ICS-UNB, 2004.
- VELLOSO, M. “Patrimônio imaterial, memória coletiva e espaço público” In: TEIXEIRA, J.G.; GARCIA, M.V.C. & GUSMÃO, R. (orgs.): **Patrimônio Imaterial, Performance Cultural e (Re)Tradicionalização**. Brasília: ICS-UNB, 2004.
- YÚDICE, G. “La industria de la música en la integración América Latina-Estados Unidos” In: CANCLINI, N. & MONETA, C.J. (orgs.): **Las Industrias Culturales en la Integración Latinoamericana**. México (DF) e Caracas: Grijalbo e SELA, 1999.

